

# Argumentação e Linguagem



EDITORA AFILIADA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça.

Argumentação e linguagem / Ingedore G. Villaça Koch. – 13. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1686-1

1. Análise do discurso. 2. Gramática comparada e geral — Sintaxe.  
3. Linguagem e lógica. 4. Linguística 5. Lógica. 6. Pragmática. 7. Semântica.  
I. Título.

CDD-410

-401

-412

-415

84-0353

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Argumentação : Teoria : Linguística 410
2. Discurso : Análise : Linguística 410
3. Gramática : Linguística 415
4. Linguagem e lógica 401
5. Pragmática : Linguagem 401
6. Semântica argumentativa 412
7. Sintaxe : Teoria : Linguística 415

Ingedore G. Villaça Koch

# Argumentação e Linguagem

13ª edição

4ª reimpressão

 **CORTEZ**  
**EDITORA**

ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM

Ingedore G. Villaça Koch

*Capa:* Cia. de Desenho

*Revisão:* José Alexandre da Silva Neto

*Composição:* Linea Editora Ltda.

Texto revisto a partir da 7ª edição, em fevereiro de 2002.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil – fevereiro de 2017

*A meus alunos  
de ontem, de hoje  
amigos de sempre*

“Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias da existência. E, neste sentido, o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica, porque é este traço que a apresenta, não como marca de diferença entre o homem e a natureza, mas como marca de diferença entre o eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de vida é a história.” (C. Vogt, *O Intervalo Semântico*)

“O silêncio é signo de confiança. E se a linguagem atravessa a verdade com a máscara da neutralidade é porque ela é palco e aí cabem outras representações. Por que não a do compromisso com seu tempo e com sua gente?” (C. Vogt, *Linguagem, pragmática e ideologia*).

# Sumário

Apresentação.....	9
Nota Introdutória.....	15
Capítulo I	
Discurso e argumentação.....	17
1. A intencionalidade na produção da linguagem.....	22
2. Os níveis de significação.....	24
Capítulo II	
Graus de complexidade das relações textuais.....	29
Capítulo III	
As marcas linguísticas da argumentação.....	33
1. Os tempos verbais no discurso.....	35
2. A pressuposição.....	47
3. As modalidades do discurso.....	71
4. Os verbos performativos e a negação: uma abordagem semântico-pragmática.....	86
5. Uma visão argumentativa da gramática: os operadores argumentativos.....	101
6. As relações interfrásticas.....	108

7. As “orações” modalizadoras .....	133
8. Argumentação e autoridade polifônica .....	137
9. A retórica aplicada .....	147
Capítulo IV	
Algumas reflexões sobre o ensino da leitura .....	155
Capítulo V	
Análise de textos .....	159
1. Coisas da política-Leão sem representação .....	161
2. Quem tem medo da universidade? .....	180
3. Um desenhista que rejeita o estilo.....	187
4. Opinião carioca .....	199
5. A prioridade do ensino fundamental.....	214
Conclusão .....	233
Referências bibliográficas .....	235

## Apresentação

Estudos que renovam os temas e não apenas sua abordagem, que apresentam posições teóricas relevantes e não simples inovações terminológicas são sempre bem-vindos. Bem-vindo, portanto, este livro de Ingedore G. V. Koch, uma linguista cujas preocupações vem se concentrando em temas vinculados à análise de texto. Área de estudos recentemente introduzida no panorama teórico da Linguística no Brasil e uma espécie de cinderela da Linguística desde o final da década de 1960, que chega agora à condição de princesa. Uma princesa que tem mais do que apenas encantos para admirações: tem o reconhecimento por suas valiosas contribuições no melhor conhecimento do funcionamento da linguagem.

A análise do discurso ou linguística de texto, a denominação não nos deve desviar do essencial, tem dimensões que abarcam o que há longo tempo vem florescendo e se desenvolvendo em várias áreas interligadas: a semântica, a pragmática, a retórica, a teoria da argumentação, entre outras. É percorrendo estes domínios e os problemas neles envolvidos que Ingedore G. V. Koch constrói suas análises cercando-as de muitos lados, centrando-se sobretudo na semântica argumentativa, por ela denominada **macrossintaxe do discurso**.

**Linguagem e argumentação** vem escrito em terminologia técnica precisa, sempre definida, em estilo despojado, sem requintes formais desnecessários, sem histerias teóricas. Constituído de capítulos de uma tese doutoral defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1981 e de estudos posteriores apresentados em Encontros e

Congressos, consegue preservar grande unidade temática. Situando o leitor no contexto da discussão teórica, a Autora, após comparar várias teorias sobre o mesmo tema, assume posições claras e orienta para o aproveitamento prático. Isto dá ao livro características de um instrumento didático uma vez que, no mais rigoroso estilo analítico-sistemático, vem recheado de análises ilustrativas.

Ao propor, logo de início, que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”, a Autora enuncia com precisão a tese central em torno da qual construirá todo o livro. Invertendo a noção de que a função comunicativa é a mais importante função da linguagem, defende a proposta de que “o ato linguístico fundamental” é o **ato de argumentar**. Isto significa que comunicar não é agir na explicitude linguística e sim montar o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do **falar, dizer e mostrar**. Para tanto, a Autora percorre os caminhos desenvolvidos por Austin, Searle, Grice, Strawson, C. Vogt, H. Weinrich e outros, firmando-se nas posições de O. Ducrot, que, ao longo de suas várias e sucessivas revisões, é o que melhor trabalha o problema da argumentatividade na linguagem.

Mas se a tese de que a função básica da linguagem é argumentar é clara, o uso dos termos **argumentar, argumentação e argumentatividade** merece uma explanação. Para que o leitor não se desnorteie nas malhas semânticas destes termos, a Autora define o seu uso explicando que, neste caso, eles não se inscrevem no contexto lógico-formal com o valor de prova, mas no âmbito da retórica. Com isto, o ato de argumentar é visto como o **ato de persuadir** que “procura atingir a vontade”, envolvendo a subjetividade, os sentimentos a temporalidade, buscando **adesão** e não criando certezas. Termos-chave para caracterizar as relações pragmáticas entre o enunciado e a enunciação, realizadas num nível paralogico e não lógico-formal, aqueles termos são estudados como processos de formação de sentidos. Correta, pois, a observação inicial que põe **argumentação e retórica** como “quase sinônimos”, ou seja, como níveis de funcionamento pragmático e não como encadeamentos lógicos definidos por funções veritativas. É com razão, portanto, que **Argumentação e linguagem** se autodefine como uma **macrossintaxe discursiva**, visando à análise das relações prag-

máticas, ideológicas ou argumentativas **no discurso** e não ao nível frasal.

Esta compreensão do termo argumentar torna possível e frutífero o uso de lógicas não bivalentes, o que faz as várias incursões em lógicas modais ao longo do livro substancialmente significativas. A análise das modalidades no discurso evidencia um tipo de funcionamento do enunciado diferente daquele que ocorre nas relações formais explícitas, onde o valor-verdade obriga à adoção de uma semântica referencial simplesmente. Isto é, o jogo das modalidades serve tanto para determinar uma tipologia do discurso com base nos critérios de eficácia, ideologia e vontade, como para funcionar como marcador de tensões, compromissos, intenções e regulador das forças ilocucionárias, como por exemplo, no estudo da negação em verbos performativos.

Por esta via legitima-se, também, a análise da linguagem em seu funcionamento concreto, em oposição aos estudos do sistema **in vitro**, fazendo do ato de enunciação a base para a interpretação e compreensão do discurso. Este tipo de exploração das relações discursivas tem a vantagem de poder estender-se para além do estritamente semântico, permitindo um sistema integrado para a abordagem da sintaxe-semântica-pragmática, sem recorrer ao artificialismo de apresentar a pragmática como um nível a mais ou posterior ao simplesmente linguístico. Em consequência, possibilita uma redefinição da noção de **extralinguístico** e justifica a integração da pragmática à descrição linguística. Por este caminho, a abordagem das relações de coordenação e subordinação é feita com base nas suas funções argumentativas e não no velho esquema das relações gramaticais.

Assim, o estudo da dependência ou interdependência de orações, a noção de completude das coordenadas e a própria noção de oração principal foge aos critérios meramente formais e sintáticos para se fazer ao nível do funcionamento global da linguagem. Na mesma linha é visto o funcionamento dos tempos verbais, servindo eles mais como marcas de atitudes do que indicadores de tempo cronológico. Este uso “inerentemente argumentativo” da linguagem leva a Autora a caracterizar suas análises gramaticais como “uma visão argumentativa da gramática”. Tais propostas podem ser produtivas por duas razões: primeiro, porque renovam o tratamento gramatical;

segundo, porque expandem o interesse dos estudos gramaticais para além da normatividade.

Esta segunda tese, a da integração dos componentes no nível linguístico, torna possível outra tese fundamental, ou seja, que o “ato ilocucionário se inscreve no enunciado através de marcas convencionadas”. Vale dizer, a pragmática é um componente integrado à linguagem, situando-se **entre** o sintático e o semântico e não acrescentando-se **após** a interpretação dos enunciados. O componente pragmático passa a assumir o caráter de constitutivo na produção de sentido ao fazer parte do significado geral do próprio enunciado. Esta posição leva a Autora a centrar-se nos trabalhos mais recentes de O. Ducrot, nos quais a própria noção de pressuposição toma um novo rumo. **Polifonia, encenação e encadeamento** passam a exercer um papel fundamental no esclarecimento do funcionamento da pressuposição nos atos de linguagem, que se tornam atos de representar, uma espécie de **encenação** no discurso.

Consequência direta das posições acima é a negação de um grau zero semântico, ou seja, um nível de **sentido literal** de funcionamento do discurso. O sentido literal não pode ser visto como um nível privilegiado de funcionamento da linguagem, mas como “**um efeito de sentido entre outros**”, pois o literal não preexiste à compreensão. É neste contexto que se inserem as longas, criteriosas e reiteradas abordagens da pressuposição e dos atos ilocucionários no decorrer do livro. Importante frisar, aqui, o que já foi dito acima, que a pressuposição não é uma **declaração**, mas uma **representação**, um **agir como se**, transformando o discurso num jogo em que a **lei do encadeamento** proposta por Ducrot define o processo.

Uma vez mapeadas algumas das muitas teses de Ingedore G. V. Koch, numa evidente injustiça à riqueza do conteúdo, vale ressaltar algumas consequências que exorbitam o estritamente pretendido. Embora o livro se inscreva e defina explícita e reiteradamente no contexto da semântica argumentativa ou macrossintaxe do discurso, traz contribuições importantes em pelo menos duas perspectivas.

Primeiramente, no **ensino de língua** que aqui adquire categorias analíticas e explicativas novas de modo a ultrapassar o meramente normativo e formal, expandindo as perspectivas. Representa, também,

um desvio da centração no gerativismo, permitindo a entrada em níveis discursivos.

Em segundo lugar, serve como contribuição para uma teoria da **compreensão de textos** (orais ou escritos) e até mesmo para uma teoria da leitura, do ponto de vista da interpretação que não fique na epiderme do dito ou supostamente literal. Ao explicitar os mecanismos do funcionamento das intenções no discurso, fornece recursos para exploração textual e montagem de exercícios. Pistas valiosas nesse sentido estão no capítulo dedicado à análise de textos, em que é oferecida uma aplicação das noções fundamentais desenvolvidas teoricamente. Assim, **Argumentação e linguagem**, que em sua maior parte reproduz o texto publicado anteriormente na revista **Letras de Hoje** (n. 52, 1983), da PUC do Rio Grande do Sul, sob o título **A argumentatividade no discurso**, em tiragem limitada, merece uma divulgação mais ampla por enriquecer a bibliografia linguística no Brasil, ainda escassa nos caminhos aqui percorridos.

*Luiz Antonio Marcuschi*  
(UFPE, janeiro de 1984.)



## Nota Introdutória

No campo dos estudos linguísticos, vem-se postulando, há pouco mais de uma década, a necessidade de ampliar a noção chomskiana de competência, no sentido de incluir, além do conhecimento das regras gramaticais, a consciência do falante quanto ao “modus operandi” da língua no contexto social.

Muitos linguistas vêm dando especial relevo à função social da linguagem: o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso.

Desta forma, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.

Esta seria, por si só, uma razão suficiente para justificar um estudo sobre a argumentação. Mas há outras, não menos importantes, especialmente para quem, como nós, se vem dedicando, há mais de vinte anos, ao ensino de língua portuguesa, em todos os níveis, com a preocupação básica de levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas — sobretudo — ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a **comprender, analisar, interpretar e produzir** textos verbais.

Em nosso meio, faltam ainda obras que, partindo de um estudo teórico sobre a argumentatividade na língua, busquem uma aplicação desse estudo à análise e, por via de consequência, à leitura/produção de textos. Visamos, com este trabalho, dar alguns passos nessa direção.

O presente livro consta de versões reelaboradas de comunicações apresentadas em Congressos, artigos publicados em revistas especializadas e capítulos de nossa tese de doutorado: ***Aspectos da argumentação em língua portuguesa***. Constitui uma edição revista e ampliada do trabalho ***A Argumentatividade no Discurso***, publicado em edição monográfica da revista ***Letras de Hoje*** da PUC/RS (n. 52, jun. 1983), contendo, ainda, alguns títulos inéditos.

Com a publicação do produto de nossas pesquisas no campo da argumentação, acreditamos estar oferecendo alguns subsídios para o aprimoramento do ensino de leitura/produção de textos em língua portuguesa.

Queremos registrar, aqui, um especial agradecimento ao Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi, pela presteza e pelo carinho com que aceitou fazer a apresentação desta obra.

São Paulo, fevereiro de 1984.

## CAPÍTULO I

# Discurso e argumentação

O relacionamento do homem tanto com a natureza quanto com os seus semelhantes é mediatizado por símbolos; em outras palavras, as relações homem-natureza e homem-homem se estruturam simbolicamente. Ora, ao passo que o relacionamento entre o homem e a linguagem como representação do mundo é tratado à luz da Semântica, a interação social do homem na e pela linguagem constitui objeto de estudo da Pragmática.

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neuro”, ingênuo, contém também uma ideologia — a da sua própria objetividade.

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de **dissertação** e de **argumentação**, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à expo-

sição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados **narrativos** e **descritivos**, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau.

É preciso ressaltar, ainda, que os termos **argumentação** e **retórica** são aqui utilizados como “quase sinônimos”, postulando-se, conforme se disse, a presença de ambas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso.

Foi com o surgimento da Pragmática que o estudo do discurso e, em decorrência, o da argumentação ou retórica — passou a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre a linguagem.

Essa preocupação teve início no momento em que se passou a incorporar a enunciação ao estudo dos enunciados linguísticos, o que deu origem à Teoria da Enunciação.

Os filósofos analíticos de Oxford, particularmente Austin, e também Searle, nos EUA, entre outros, dedicaram-se ao estudo dos atos de linguagem — aquilo que se faz quando se fala —, postulando a existência de **atos ilocucionários**, que encerram a “força” com que os enunciados são produzidos, e de **atos perlocucionários**, que dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem, entre os quais os de **convencer e de persuadir**.

Perelman (1970) — filósofo e jurista — resalta que a argumentação visa a provocar ou a incrementar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Enquanto o **ato de convencer** se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático), o **ato de persuadir**, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”: o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo leva a inferências

que podem levar esse auditório — ou parte dele — à **adesão** aos argumentos apresentados.

Os trabalhos de Perelman deram novo impulso aos estudos sobre a argumentação. Tentando aliar os principais elementos da Retórica de Aristóteles a uma visão atualizada do assunto, empenhou-se na elaboração de uma “Nova Retórica”.

Desse modo, o discurso foi-se tornando objeto central de diversas tendências da linguística moderna, como a Análise do Discurso, a Teoria de Texto e a Semântica Argumentativa. Esta última, preocupada com a construção de uma macrossintaxe do discurso, postula uma pragmática integrada à descrição linguística, isto é, como um nível intermediário entre o sintático e o semântico, considerando, portanto, os três níveis como **indissolivelmente** interligados. Em decorrência, postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua.

Se a frase é uma unidade sintático-semântica, o discurso constitui uma unidade pragmática, atividade capaz de produzir efeitos, reações, ou, como diz Benveniste (1974), “a língua assumida como exercício pelo indivíduo”. Ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem.

Ora, o discurso, para ser bem-estruturado, deve conter, implícitos ou explícitos, todos os elementos necessários à sua compreensão, deve obedecer às condições de **progresso** e **coerência**, para, por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um **texto**.<sup>1</sup>

---

1. O termo *texto*, como também ocorre com o termo *discurso*, tem sido conceituado de maneiras bastante diversas. Basicamente, pode-se tomá-lo em duas acepções: em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance ou de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc., isto é, de qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, tem-se o *discurso*, atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só

Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as ideias e as unidades linguísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação.

É nesse sentido que Halliday (1973), ao imaginar um sistema capaz de explicitar tanto a estrutura do enunciado como o jogo de enunciação, define o texto como “realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado”. Assim, “o texto é uma unidade de língua em uso, unidade **semântica**: não de forma e sim de significado”. Para ele, a textualidade depende de determinados fatores responsáveis pela **coesão** textual e seu trabalho destina-se ao estudo desses fatores.

As coordenadas do sistema proposto por Halliday (1976) definem-se a partir de três funções: ideacional, interpessoal e textual. A **ideacional** corresponde ao que se costuma chamar de função **cognitiva** ou **referencial** da linguagem; a **interpessoal**, ligada à posição que o locutor assume diante do ouvinte no processo da enunciação, diz respeito às diferenças de “modo” ou “modalidade”, ou seja, diferenças entre afirmações, negações, perguntas, ordens etc. A função **textual** diz respeito à criação de textos de modo pertinente ao contexto, devendo a língua conter, em sua estrutura, elementos capazes de justificar e explicar essa adequação. Duas estruturas fornecem ao falante a possibilidade de construção do texto: a **temática** e a **informacional**. Numa, desempenham papel principal o **tema** e o **rema**; na outra, o **dado** e o **novo**. Tanto uma como outra têm natureza claramente enunciativa e discursiva, já que permitem evidenciar as intenções do falante e constituir sequências de sentido preciso e adequado às necessidades de comunicação.

---

o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação — ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo — como também o evento de sua enunciação. O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos — em sentido estrito — que consistem em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, assim, de uma unidade semântico-pragmática, de um contínuo comunicativo textual que se caracteriza, entre outros fatores, pela *coerência* e pela *coesão*, conjunto de relações responsáveis pela *tessitura do texto*.

Embora Osakabe (1979) apresente os trabalhos de Halliday como a “síntese ideal” entre uma linguística do enunciado e uma linguística da enunciação, e mesmo reconhecendo que eles podem trazer subsídios valiosos, entende-se que falta às teorias de texto e às gramáticas de texto algo que pode ser encontrado na Semântica Argumentativa e que, a nosso ver, seria justamente a “síntese ideal” entre a visão de língua de Saussure (objeto social, da qual o indivíduo é escravo) e a de Chomsky (objeto ideal, lugar da liberdade, da criatividade individual): a visão da língua como intersubjetividade, como **ação dramática**, no dizer de Vogt (1980).

Dentro desta visão de discurso, considera-se, de acordo com Guimarães (1981), o texto escrito (texto em sentido estrito, portanto) como um tipo específico de discurso, cuja diferenciação em relação ao diálogo pode ser estabelecida a partir da “relação factual” que se estabelece entre locutor e destinatário. No texto escrito, alguém se fixa como locutor, fixando o(s) outro(s) como destinatário(s), não havendo a possibilidade de uma troca (pelo menos, imediata) de papéis entre ambos; predomina, nesse tipo de discurso, uma organização interna, pelo fato de não haver possibilidade de reajustes de relação entre os interlocutores para cada evento particular de enunciação. No diálogo, por sua vez, como o destinatário é o “locutor de daqui a pouco”, há uma constante troca de papéis entre as pessoas envolvidas no evento, possibilitando, a cada momento, tais reajustes.

Por outro lado, partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas, principalmente, de coerência textual.

## 1. A INTENCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DA LINGUAGEM

Segundo Vogt (1980), todo enunciado diz algo, mas o diz de um certo modo. Ao dizer, o enunciado representa um estado de coisas do mundo — tem-se aqui o que se pode chamar de significação ou de sentido 1. Por outro lado, ele mostra (e o faz por meio de marcas linguísticas) o modo como o enunciado é dito, ou seja, a maneira como se representa a si mesmo: é o sentido 2. É com base nestas afirmações que se pode dizer que todo enunciado é sui-referencial e que a linguagem é representação 2 de representação 1; representação 2 utilizada numa acepção teatral, para designar os diferentes papéis distribuídos nas cenas dramáticas, que são os atos de fala, cujo desempenho cabe aos interlocutores, através de um mascaramento recíproco que é parte constitutiva essencial do jogo argumentativo da linguagem.<sup>2</sup>

Já que cada enunciação pode ter uma multiplicidade de significações, visto que as intenções do falante, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas, não teria sentido a pretensão de atribuir-lhes uma interpretação única e verdadeira. O conceito de intenção é, assim, fundamental para uma concepção da linguagem como atividade convencional: toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções. A noção de intenção não tem, aqui, nenhuma realidade psicológica: ela é puramente linguística, determinada pelo sentido do enunciado, portanto linguisticamente constituída. Ela se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social.

Assim, o sentido de um enunciado (sentido 2) se constitui, também, pelas relações interpessoais que se estabelecem no momento da

---

2. A concepção da linguagem como ação dramática é desenvolvida por Vogt em vários de seus trabalhos, entre eles: “Por uma pragmática das representações”, em Vogt (1980), e “Dois verbos ‘achar’ em português?” (em coautoria com Rosa Athié Figueira), mimeografado.

enunciação, pela estrutura desse jogo de representações em que entram o locutor e o alocutário, quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas. É por isso que Ducrot e Vogt ressaltam em suas obras que a noção de sentido linguístico deverá ser entendida não só como identidade ou diferença entre a estrutura do fato e a estrutura do enunciado utilizado para descrevê-lo, isto é, em termos de verdade ou falsidade (o dizer), mas, principalmente, como a direção, as conclusões, o futuro discursivo, enfim, o alvo para onde esse enunciado aponta (o mostrar).

A Pragmática, num sentido restrito, deve ser vista como o estudo da atividade interindividual realizada no discurso. A estrutura da significação em língua natural seria o conjunto de relações que se insti-tuem na atividade da linguagem entre os indivíduos que a utilizam, atividade **que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua.**

A distinção entre **dizer** e **mostrar** permite penetrar nas relações entre linguagem, homem e mundo: é sob esse aspecto que se torna possível falar de ideologia na linguagem. A enunciação faz-se presente no enunciado através de uma série de marcas. É por meio delas — marcas linguísticas que são — que se poderá chegar à macrossintaxe do discurso, o que constitui o objetivo da Semântica Argumentativa.

## 2. OS NÍVEIS DE SIGNIFICAÇÃO

Ducrot (1978b) ressalta a existência, na linguagem ordinária, de uma **estratificação do dizer**: para se descrever o discurso de alguém, não basta indicar o que a pessoa disse, mas também **em que nível ela o disse**: o sentido “explícito” (aquele cuja transmissão é apresentada como objeto do discurso) constitui, nas línguas naturais, apenas um nível semântico, de modo que, subjacentes a ele, podem-se dissimular outros níveis de significação “implícitos”. Além disso, existe um implícito “absoluto” — aquilo que se introduz por si mesmo no discurso e que o locutor diz sem que o queira e mesmo sem que o saiba — e um implícito “relativo”, interno àquilo que o locutor “quer dizer”. A atividade de interpretação, que está em ação a todo momento no processo de comunicação, funda-se na suposição de que quem fala tem determinadas intenções, consistindo a inteligência justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. Compreende-se **o querer dizer** como um **querer fazer**; desse modo, introduzem-se no sentido todas as intenções de ação (i.é, os atos ilocucionários) e admite-se que o locutor deseja, de algum modo, fazer conhecer essa intenção. Daí a necessidade de o ato ilocucionário possuir um caráter público, declarado, o que, porém, não impede que o locutor negue a responsabilidade do implícito; além disso, **o querer dizer** do locutor pode tomar a forma, bastante indireta, de um consentimento ao que os outros queiram fazê-lo dizer (“É você que o está dizendo...”).

O sentido, portanto, não se apresenta como algo preexistente à decodificação, mas, sim, como constituído por ela. Assim, admitir que a interpretação derivada é, muitas vezes, imposta pela língua, obriga a recorrer a um conceito ao mesmo tempo **próximo e diferente** da noção tradicional de sentido literal — aquele que seria devido unicamente à frase da qual o enunciado constitui uma realização, antes de toda e qualquer interpretação. O valor semântico de uma frase — a sua significação — não é objeto de qualquer comunicação possível, pois ele consiste num conjunto de instruções para a sua interpretação, que comporta uma série de vazios a serem preenchidos por indicações que apenas a situação de discurso pode fornecer. Além disso, pelo fato

de conter marcas de atos ilocucionários, que só têm realidade quando a frase é objeto de uma enunciação, a frase só se torna inteligível uma vez que é enunciada. Nessa acepção, o sentido literal não existe.

Por outro lado, se os atos derivados possuem realidade linguística e sua decodificação faz parte da compreensão, é lícito afirmar que é a própria língua que comanda, em certos casos, a leitura implicitada. Depende de uma **decisão** do intérprete dar ao enunciado o sentido mais próximo possível da significação da frase que este realiza, reduzindo ao mínimo o recurso à situação. Aliás, para justificar essa indiferença com relação à situação, é necessário mostrar que ela mesma convida a isso, o que permite dizer que o “sentido literal” nada mais é senão **um efeito de sentido entre outros**.

O maior problema que se coloca diante da posição de Grice, Searle e outros teóricos da comunicação é o da suposição de que quem fala, fala sinceramente. Nem sempre a comunicação se dá de maneira transparente, com a única intenção de informar. A alusão, a ironia, o “blefe” ocorrem com frequência, devendo, pois, ser explicitados em termos de atos de fala derivados e considerados como aspectos constitutivos do uso normal da linguagem. O subentendido é construído como uma explicação da enunciação, em que o locutor apresenta seus atos de linguagem como um enigma a ser decifrado. Ao dizer que ele dá às suas palavras um dado sentido, deve-se entender que ele orienta a interpretação para uma certa leitura. Mas ele tem sempre a possibilidade de renegá-la em seguida, ou fingir que a renega — daí a denominação de implícito relativo. Na realidade, todo o sentido se dá sob esse modo; mas, se tudo é implícito, não o é da mesma maneira, podendo-se distinguir diferentes formas e diferentes níveis. Daí as tentativas que se têm feito de chegar a uma tipologia desses atos.

Anscombe (1980) estabeleceu quatro classes de atos: **os primitivos, os derivados marcados, os derivados não marcados ou alusivos** (subentendidos) — todos eles ilocucionários — e os **perlocucionários**.

São primitivos os atos ilocucionários cuja frase subjacente é marcada para esses atos. Pode ocorrer, porém, que um enunciado, cuja frase é marcada para um ilocucionário primitivo, realize de fato um outro, não primitivo, o que não pode ser explicado por meio de **leis do discurso** ou princípios conversacionais.

Um ato será derivado marcado quando a existência na frase de certos **marcadores de derivação** exige a intervenção de **leis do discurso** para a interpretação dos enunciados que a realizam. É o caso de: “Você pode (ou quer) abrir a janela?”.

Os derivados alusivos são aqueles em que a possibilidade de derivação não está indicada na frase e que não se ligam, também, a nenhuma forma superficial particular. Além disso, o ato primitivo do qual eles derivam é sempre realizado, ao contrário do que acontece com os derivados marcados. Como resultam de um cálculo do locutor ou do alocutário, eles podem ser recusados. É por essa razão que o derivado alusivo é frequentemente utilizado na estratégia do subentendido e da insinuação, já que o ato primitivo de que se origina serve de parachoque a uma **manobra discursiva**. Entre estes atos, há aqueles a que se aplicam as mesmas leis do discurso que se aplicam aos derivados marcados.

Os atos **perlocucionários**, finalmente, são de natureza totalmente diversa, embora partilhem algumas propriedades com os derivados não marcados. São perlocucionários certos efeitos, como **humilhar, ofender, atemorizar, gabar** etc., que o locutor produz por intermédio de suas enunciações. Um ato perlocucionário não é jamais marcado e nenhum enunciado se apresenta como realizando o ato, ainda que seja destinado a realizá-lo. Se o ato ilocucionário é um ato realizado no e pelo discurso (portanto, uma entidade totalmente linguística), o perlocucionário pertence a uma outra ordem, tanto que se pode sempre recusar a sua paternidade linguística, mesmo quando ela está materialmente clara.

Aceitando-se estas últimas posições, percebe-se que é possível explicar todos os “efeitos de sentido” ou usos “não sérios” da linguagem por meio da noção de atos derivados.

Como já se disse acima, a significação explícita da frase é observável, já que só interessa o contexto frasal, gramatical, linguístico no sentido estrito. Reconhecer a significação explícita faz parte da competência linguística, em que o dicionário desempenha papel importante. É preciso notar, porém, que apenas o **enunciado** de uma frase é que pode ser considerado verdadeiro ou falso (as frases analíticas são pouco comuns em língua natural). A mesma frase, enunciada em momentos diferentes, pode ser contraditória. Ex.: “O dia está chuvoso”.

Já se ressaltou, também, que existe a significação implícita, mais sutil, onde se encontram as indicações modais, das intenções do falante, ou seja, o modo como o conteúdo é comunicado e que estabelece, no enunciado, as condições particulares no interior das quais se dá a comunicação. Ocorre mesmo, com frequência, usarem-se enunciados cujo sentido literal nada (ou quase nada) tem a ver com o sentido que lhes está sendo atribuído naquela situação.

O termo **implícito**, ou **melhor, implicitação**, abrange uma área relativamente ampla. Segundo Ducrot (1972), é possível identificar três formas de implícito:

a) **implícito baseado na enunciação** — se digo: **Está calor aqui dentro**, para indicar que desejo que abram a janela (subentendidos).

b) **implícito baseado no enunciado** — **João veio me procurar, logo deve estar em situação difícil** (inferência).

c) **implícito do enunciado** (pressuposição linguística de Ducrot ou pensamento lateral de Frege, 1892) — algo intermediário entre o dizer e o não dizer, que constitui uma forma de significação contida de modo implícito no enunciado (pressuposto), em oposição àquilo que é **posto**.

Para o reconhecimento do implícito, faz-se necessário que o ouvinte tenha condições de reconhecer no enunciado a forma particular sob a qual a proposição vem expressa. Por isso, o falante lhe dá indicações que permitam esse reconhecimento: é o modo do mostrar, do indicar, do implicitar que constitui a **forma** do enunciado. A significação se dá, portanto, sob dois modos distintos: o da **mostração** (implícito) e o da **representação**<sup>3</sup> (explícito), que correspondem à diferença entre o **mostrar** e o **dizer**, a que se fez referência.

Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção.

Adotando-se este ponto de vista, o conceito de **situação** deverá englobar: a) a situação real dos fatos no mundo, à qual se remete ao

---

3. O termo *representação* significa aqui o que se está chamando de *representação 1*, ou seja, representação de um estado de coisas do mundo extralinguístico, razão pela qual se situa no nível do explícito, ao contrário do que ocorre com a *representação 2*.

emitir-se um enunciado e que pode ser avaliada em termos de verdade/falsidade (referência); b) a situação elaborada no processo de constituição, de representação das identidades, que constitui o ponto de ligação entre o texto e a realidade — a estrutura de um texto e o real se articulam pelo fato de ser possível construir uma estrutura de mediação, de representação, de interação verbal. É nesse sentido que se pode afirmar que a linguagem é constitutiva das próprias possibilidades de significação.

Cada ato de linguagem é, pois, constituído dos três atos mencionados: **falar**, **dizer** e **mostrar**.

O **falar** consiste na produção de frases, decorrentes da capacidade do falante de produzir determinados sons de acordo com determinadas regras gramaticais, isto é, de comportar-se gramaticalmente de acordo com essas regras. É o **nível gramatical**, a que se refere Benveniste (1966), correspondendo ao **ato locucionário** de Austin (1962). A frase é uma entidade fono-morfo-sintática, decorrente das leis segundo as quais os signos se combinam numa dada língua.

O **dizer** consiste em produzir enunciados, estabelecer relação entre uma sequência de sons e um estado de coisas. O enunciado é uma entidade semântica.

O **mostrar** está ligado à enunciação. Visto à luz do processo de enunciação, o enunciado passa a ter um **sentido**, que incorpora o processo de significação e mostra a direção para a qual o enunciado aponta, o seu futuro discursivo.

Um produto linguístico necessita, sem dúvida, ser garantido por certas regras estruturais, mas vale, basicamente, pelo que significa, quando a frase se atualiza em enunciado. Só como significação é que se dá essa transcendência, que tende a encaminhar para um sentido, o qual se concretiza no que denominamos **texto**. **Dizer** e **mostrar** constituem dois níveis ou modos de produção da significação que funcionam de maneiras diferentes: enquanto a **significação** do enunciado é dada pela relação entre a linguagem e o mundo, constituindo, como já se disse, o domínio da Semântica, o **sentido** é dado pela relação entre a linguagem e os homens, constituindo o campo da Pragmática.